

1 Aos dez dias do mês de julho de dois mil e vinte e quatro, foi realizada na Casa da Mulher Campineira,
2 a Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM). **Presenças:** Rute Alves
3 Ferreira, Ana Carolina Caruso Cavazza, Silvana de Souza Pereira da Silva, Marineide Agnelo de Oliveira,
4 Rosane de Arazão, Cleudirán Sales Dias, Rosana Gazzola Favaro, Juliana dos Santos Corbett, Luciana
5 Prativiera Franco, Stela Cristina de Godoi, Grazielle Coutinho Moreno, Rosângela Aparecida Lopes da
6 Silva e Juliana Servidoni de Magalhães. **Ausência Justificada:** Fabiana Aparecida Ferreira. **Outras**
7 **Ausências:** Marcela Regina Miguel Reis, Michele Cristina dos Santos Eugênio, Sônia Hipólita de Souza
8 Sawazki, Ana Maria de Faria Sebastião, Sylvia Bianca Pellegrino, Deolídia Divina da Silva Benages,
9 Cândida Pereira da Costa, Graciana de Mendonça Silva Yamamoto, Domingas Aparecida Cardoso de
10 Souza Cunha, Maria dos Anjos Neves Viana, Antônia Vanderlene de Sousa Moraes, Sâmia Regina de
11 Godoy Sacomani, Hilda dos Reis Gomes, Sandra Maria Menezes Ferreira Rocha, Maria José da Silva
12 Oliveira, Camilla Marcondes Massaro, Roseli Araujo da Silva, Karla de Castro Borghi, Clébia Alves
13 Campos de Oliveira, Miriam Siesler Nobrega, Renata Cauzzo Zingra Mariano, Adriane Marques
14 Fernandes, Adriana de Carvalho Barão, Margarida Montejano da Silva, Marlene Gonzaga dos Anjos,
15 Elaine Cristina Borin da Silva, Daniela Cristina Ribeiro Rosan, Evanir Cássia de Oliveira Firmino, Fátima
16 Regina Oliveira Vianna, Andreia Silvia de Freitas e Ligia Cristina Teixeira de Souza Pacheco. **Outras**
17 **Presenças:** Patrícia Caetano M. dos Santos – CRAS Anhumas/ Leste, Mônica – Administrativa do
18 CMDM e Flávia – Administrativa do CMDM. **PAUTAS: 1)** Deliberação da ATA da Reunião Ordinária de
19 12/06/2024; **2)** Inauguração da Casa da Mulher Campineira; **3)** Organização dos 21 Dias de Ativismo;
20 **4)** Lei Maria da Penha; **5)** Informes. A Coordenadora Cleudirán Sales Dias deu boas vindas a todas as
21 presentes, fez a leitura das pautas do dia e explicou que a ata da reunião ordinária de doze de junho
22 de 2024 não será deliberada por não haver quórum. A coordenadora Ana Carolina Caruso Cavazza
23 sugeriu iniciarem com a pauta da Lei Maria da Penha e a respeito da presença do advogado Fábio
24 Costa na última reunião ordinária. A coordenadora Carol disse que tem que separar o que é violência
25 doméstica do que é violência urbana e ter a compreensão clara que a Lei Maria da Penha trata de
26 violência doméstica, que é cometida por alguém próximo, com vínculo de confiança, diferente de um
27 estupro na rua, de um assédio no trabalho que não engloba a Lei Maria da Penha. A coordenadora
28 Carol disse também que existe um debate sobre mudar esta Lei, para que seja ampliada e trate de
29 todas as violências contra a mulher e não apenas a violência doméstica e que isto gera muito debate,
30 pois alguns são a favor e alguns são contra tirar a especificidade da Lei. As conselheiras relataram
31 vários casos, alguns conhecidos da mídia, para exemplificar o que seria feminicídio ou violência
32 doméstica e sobre a construção da Lei Maria da Penha. A conselheira Luciana Prativiera Franco
33 relatou a dúvida que tinha acerca de caso pessoal e sobre ameaça e medo constantes. A
34 coordenadora Cleo disse que o advogado Fábio explicou que qualquer pessoa pode solicitar medida
35 protetiva se tiver algum fato que comprove a necessidade dela e trouxe uma outra questão que,
36 enquanto conselheiras, elas precisam defender a Lei Maria da Penha e pontuou que, apesar de
37 contraditório, foi importante a vinda do advogado Fábio, para que se levantasse pontos que geram
38 dúvidas que precisam ser sanadas e refletir sobre o que elas defenderão coletivamente como
39 conselho. A coordenadora Cleo pontuou que, quando o crime acontece dentro de casa, a mulher
40 muitas vezes fica com receio de denunciar e é essa proteção que a Lei Maria da Penha oferece, um
41 apoio para que a mulher consiga sair do ciclo de violência e que o Conselho precisa refletir: se
42 ampliar esta Lei a outros tipos de violência contra a mulher desconfigura a Lei que foi criada para a
43 proteção das mulheres que sofrem a violência no âmbito doméstico e familiar, violência essa que é a
44 maior causa de agressão e feminicídios. A coordenadora Carol ressaltou que as mulheres trabalharam
45 ativamente na construção da Lei Maria da Penha. A conselheira Juliana dos Santos Corbett falou que
46 o Conselho representa a sociedade civil, representa as mulheres, e por isto tem que ter alguns
47 cuidados no discurso para não reproduzir sem verificar. A coordenadora Carol disse que o Conselho é
48 um espaço de formação, uma oportunidade de construir uma opinião, debater entre elas, verificar se
49 tem respaldo. Após, a administrativa Mônica apresentou a Flávia, também administrativa que
50 auxiliará no CMDM. A conselheira Stela Cristina de Godoi propôs discutirem a violência de gênero no
51 âmbito do direito penal, entendendo os outros tipos de violência que a mulher sofre, sem

52 descaracterizar a violência doméstica e sugeriu trazer uma profissional da área para falar sobre o
53 assunto. A conselheira Rosana Gazzola Favaro sugeriu a elaboração de um material em formato de
54 cartilha. A conselheira Juliana sugeriu criarem alguns princípios e refletirem sobre as bases que este
55 conselho respalda sua discussão. A conselheira Rosane de Arazão deixou como sugestão, um curso
56 que participou na escola de governo da Prefeitura de Campinas, sobre a Lei Maria da Pena
57 ministrado pela delegada Teresinha de Carvalho. A coordenadora Carol mencionou que seria
58 interessante trazer a delegada Terezinha para falar neste Conselho, considerando toda a experiência
59 que ela possui, pois já trabalhava com os princípios da Lei Maria da Pena antes da Lei existir, citou
60 que ela sempre teve esta compreensão muito clara das violações que a mulher vivenciava e ressaltou
61 a importância de trazer pessoas para falarem sobre assuntos pertinentes ao Conselho. A
62 coordenadora Carol disse ainda que a lei do feminicídio é muito recente e que a percepção da mesma
63 foi mudando ao passar do tempo, mas este debate foi uma construção coletiva ao longo destes anos,
64 e ressaltou que a lei tem que existir, pois as pessoas têm que ser punidas, mas não é a lei que acaba
65 com a violência, e sim o fortalecimento, a solidariedade entre as mulheres que é fundamental neste
66 processo. A coordenadora Cleo solicitou anotarem sempre as dúvidas para trazer para o Conselho e
67 que as Comissões existem para fazer esta discussão a partir dos assuntos levantados nas reuniões
68 ordinárias. A conselheira Rosane de Arazão disse que traz todo mês nas reuniões, os artigos de
69 violência doméstica que saem no jornal do município e comentou que é assombroso o número de
70 casos que aconteceram de um mês para o outro, citando o título de um artigo: *os casos de estupro*
71 *sobem 17% em 2024*. A coordenadora Juliana informou que as notificações municipais de violência
72 são realizadas através do SISNOV (Sistema de Notificação de Violência), no entanto, as escolas
73 estaduais utilizam um sistema diferente (do Estado), que não é integrado ao SISNOV, resultando em
74 uma subnotificação. A coordenadora Juliana também mencionou que, apesar de ser compulsório que
75 crianças e adolescentes frequentem a escola, a porcentagem de denúncias feitas no ambiente escolar
76 é significativamente menor do que a registrada pelos serviços de saúde. A coordenadora Cleo
77 destacou que houve um aumento de gravidez entre meninas de 10 a 14 anos, caracterizadas como
78 estupro de vulnerável. A conselheira Juliana afirmou que é essencial entender a fase do
79 desenvolvimento em que ocorre a gravidez não planejada, muitas mulheres adultas têm
80 conhecimento sobre métodos de prevenção, mas não os utilizam, enquanto muitas adolescentes
81 engravidam na busca por um lugar social, ela pode estar sofrendo violência e frequentemente não
82 tem quem olhe por ela, e ser mãe pode representar um lugar social, e isso pode ser visto como um
83 plano de vida pois, por um tempo, ela receberá assistência. A conselheira Juliana destacou que a
84 construção de sua própria identidade está envolvida no processo, pois existe um processo de
85 desqualificação das meninas em nossa sociedade, e entre não ser nada e ser mãe, elas podem optar
86 por ser mãe, e muitas encontram uma forma de se salvar por meio da maternidade, afastando-se da
87 droga, da violência e do suicídio, e encontrando um sentido para a vida. A conselheira Juliana disse
88 ainda que é crucial abordar o aumento dos casamentos arranjados, onde homens 20 ou 30 anos mais
89 velhos oferecem dinheiro em troca, devido à incapacidade da família de cuidar da menina e esse
90 fenômeno não é amplamente discutido, porém, Campinas é um ponto crítico devido às rodovias e
91 essas meninas, que já sofreram tanta violência estrutural, às vezes veem a maternidade como a única
92 possibilidade de vida. Após, a coordenadora Carol passou a palavra à coordenadora Grazielle para
93 falar da Casa da Mulher Campineira. Grazielle explicou que o funcionamento é das 8h00 às 19h00 e a
94 porta de entrada é o CEAMO, que realiza a triagem antes de encaminhar para algum serviço da Casa e
95 que haverá um posto da delegacia de defesa da mulher funcionando em sistema de plantão; que
96 vários cursos estão previstos, como defesa pessoal e inglês e se houver cursos à noite, o horário de
97 funcionamento da casa será ampliado até as 22h00, dependendo das necessidades das mulheres, e
98 além disso, o Centro Público de Apoio ao Trabalhador – CPAT oferecerá plantão uma vez por semana
99 com foco na mulher vítima de violência, o serviço de Cadastro Único funcionará toda quarta-feira;
100 também haverá atividades recreativas para crianças durante o período de férias e possui um espaço
101 dedicado as mulheres empreendedoras para cursos e reuniões; a Casa tem parceria com o Sebrae e o
102 Cefrocamp pensando em diversos cursos de qualificação. A coordenadora Grazi, pontuou que a

103 agenda está sendo montada, pois a inauguração foi recente e também há uma sala de reunião com
104 agenda aberta para encontros e reuniões. Grazi ressaltou que as portas estão abertas e há um serviço
105 de acolhimento, caso necessário, proporcionando um ambiente onde a mulher se sinta acolhida e
106 segura, onde a segurança é garantida 24 horas por uma equipe de segurança, com câmeras e alarmes
107 e pontuou que homens não entram na casa, além do mais, as usuárias têm acesso a computadores
108 para enviar currículos e outros serviços; as recepcionistas serão treinadas para ajudar na demanda de
109 registro de boletim de ocorrência online. A coordenadora Grazi explicou que empresas que recebem
110 o selo “Empresa Amiga da Mulher” têm ajudado várias mulheres a se recolocarem no mercado de
111 trabalho, e além disso, o Ceamo realiza um acompanhamento dessa relação de trabalho entre
112 mulheres e empresa, e que o mesmo processo será desenvolvido com o CPAT, se alguma das nossas
113 mulheres conseguir uma recolocação no mercado, também será feito esse acompanhamento. A
114 coordenadora Grazi explicou que a verba é totalmente municipal e, por enquanto, não conta com
115 suporte do governo federal ou estadual, mas há a possibilidade de isso ocorrer no futuro. A
116 coordenadora Carol informou que o deputado federal Pedro Torinho fez uma solicitação para que seja
117 criada uma Casa da Mulher Brasileira em Campinas, ao que a coordenadora Grazi disse que o gerente
118 de projetos do Ministério das Mulheres, Marcelo Pontes, entrou em contato com ela para alinharem
119 a agenda e marcarem uma conversa online com a Secretária Denise Motta Dau - Secretária Nacional
120 de Enfrentamento à Violência. para tratarem sobre o tema. A coordenadora Cleo levantou a questão
121 sobre a descentralização dos serviços como estratégia importante para tornar o acesso mais próximo
122 e eficiente. A coordenadora Grazi destacou a preocupação com a segurança das mulheres, e disse que
123 a proposta é colocar serviços descentralizados em locais que levem em conta a segurança,
124 escolhendo pontos estratégicos com base em indicadores de violência e aspectos que permitam fácil
125 dispersão e segurança das vítimas, que algumas regiões afastadas também necessitam desses
126 serviços, mas é essencial garantir que esses locais não coloquem em risco a integridade das mulheres
127 e que, além disso, é importante considerar a instalação de postos de serviços em locais como
128 hospitais, para proporcionar apoio imediato e integrado. As conselheiras concordaram que as ações
129 devem continuar e incluir sempre a divulgação de informações para a população, ajudando a
130 reconhecer e entender a situação de violência, e proporcionando um suporte mais eficaz. A
131 coordenadora Grazi falou que o serviço oferta passes de ônibus, e tem um motorista à disposição das
132 mulheres, disse ainda que muitas entram no programa da feira da mulher empreendedora de
133 Campinas para sair do ciclo da violência, e que o próximo passo é lutar por uma casa de passagem,
134 quando as mulheres precisam somente de uma noite. A coordenadora Carol sugeriu expandirem o
135 atendimento às cidades da região por meio de Consórcio. A conselheira Rosana Gazzola sugeriu às
136 coordenadoras fazerem uma escala de plantão na Casa da Mulher Campineira. A conselheira Rosane
137 de Arazão, que faz parte da Comissão de Comunicação, informou que as artes do material gráfico
138 estão prontas e enviarão por e-mail. Passaram aos informes. A conselheira Rosana Gazzola sugeriu se
139 atentarem ao horário de início das reuniões, para que as pautas não fiquem prejudicadas, solicitou
140 que as pessoas que não fazem mais parte do Conselho sejam excluídas do grupo de *whatsapp* e ainda
141 sugeriu a cobrança da participação das conselheiras do poder público. A conselheira Rosana Gazzola
142 propôs apresentarem uma carta de compromisso aos candidatos municipais. A coordenadora Carol
143 informou sobre o projeto de lei da Secretaria de Cuidados e Família que o governo enviou ao
144 Congresso Nacional. Carol informou também que dia seis de agosto terá um ato de mulheres na rua.
145 A coordenadora Grazi sugeriu fazer um dia de “adesivaço” na campanha do agosto lilás. A conselheira
146 Luciana informou que não está no conselho pela força sindical, que representa o conselho pelo SEACC
147 – Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio de Campinas e Região. Feito todas
148 as discussões e considerações finais referentes aos assuntos que foram tratados nesta reunião,
149 encerrou-se a mesma e eu, Flávia Gianoni Lopes, lavrei a presente ata.